

Hamida Assunção Pinheiro, Roberta Ferreira Coelho de Andrade,
Katia de Araújo Lima Vallina e Marcelo Mario Vallina
Organizadores

SERVIÇO SOCIAL E OS DESAFIOS DO TEMPO PRESENTE

historiografia e trabalho profissional



Hamida Assunção Pinheiro
Roberta Ferreira Coelho de Andrade
Katia de Araújo Lima Vallina
Marcelo Mario Vallina
Organizadores

**SERVIÇO SOCIAL E OS DESAFIOS
DO TEMPO PRESENTE:
historiografia e trabalho profissional**

A presente obra foi financiada pela



© by Alexa Cultural

Direção

Gladys Corcione Amaro Langermans

Nathasha Amaro Langermans

Editor

Karel Langermans

Capa

Klanger

Revisão Técnica

Roberta Ferreira Coelho de Andrade e Michel Justamand

Revisão de língua portuguesa

Marisa de Lucca

Editoração Eletrônica

Alexa Cultural

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A554- ANDRADE, R. F. C. de
V188 - VALLINA, K. A. L.

P654 - PINHEIRO, H. A.
V189 - VALLINA, M. M.

Serviço Social e os Desafios do Tempo Presente: historiografia e trabalho profissional. Hamida Assunção Pinheiro, Roberta Ferreira Coelho de Andrade, Katia de Araújo Lima Vallina e Marcelo Mario Vallina (orgs.). Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2023.

14x21cm -278 páginas

ISBN - 978-85-5467-326-0

1. Serviço Social - 2. Assistência Social - 3. Historiografia - 4. Trabalho - I. Sumário - II. Bibliografia

CDD - 360 / 361.981

Índices para catálogo sistemático:

1. Serviço Social
2. Assistência Social
3. Trabalho

Todos os direitos reservados e amparados pela Lei 5.988/73 e Lei 9.610
É proibida a reprodução parcial ou integral sem a autorização das organizadores e/ou editora.

Alexa Cultural Ltda
Rua Henrique Franchini, 256
Embú das Artes/SP - CEP: 06844-140
alex@alexacultural.com.br
alexacultural@terra.com.br
www.alexacultural.com.br
www.alexaloja.com

Editora da Universidade Federal do Amazonas
Avenida Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos,
n. 6200 - Coroado I, Manaus/AM
Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho,
Centro de Convivência – Setor Norte
Fone: (92) 3305-4291 e 3305-4290
E-mail: ufam.editora@gmail.com

A TESSITURA DO SERVIÇO SOCIAL NO AMAZONAS: história e historiografia da profissão

Roberta Ferreira Coelho de Andrade
Escarlete Raíssa Evangelista da Silva
Shirley Vitória Teixeira de Menezes
Adriana Oliveira Freitas

1. INTRODUÇÃO

Contextualizar os primeiros anos de funcionamento da Escola de Serviço Social de Manaus

é também evocar história, memórias, trajetórias, protagonismos, relíquias, pelejas, legados, valores, referenciais, lutas e histórias de sujeitos que constituíram e constroem o Serviço Social. Uma profissão cuja história foi e é tecida por muitas mãos (SILVA, 2016, p. 27).

Este grande tecido envolve alinhamentos, retalhos e multiformes contornos que irão dar forma e uma identidade para a profissão e formação. É neste afiar de agulhas e entrelaçar de linhas que nascem no Sudeste e Norte as primeiras escolas de Serviço Social do Brasil.

Quadro 1 - A expansão das Escolas de Serviço Social no Brasil entre as décadas de 1930 e 1940.

N.º	Ano	Região	Estado	Nome de origem da Escola
1ª	1936	Sudeste	São Paulo	Escola de Serviço Social de São Paulo
2ª	1937	Sudeste	Rio de Janeiro	Instituto de Educação Familiar e Social do Rio de Janeiro
3ª	1937	Sudeste	Rio de Janeiro	Curso de preparação em Trabalho Social da Escola Ana Nery
4ª	1938	Sudeste	Rio de Janeiro	Escola Técnica de Serviço Social do Serviço de Obras Sociais
5ª	1940	Sudeste	São Paulo	Instituto de Serviço Social Masculino de São Paulo
6ª	1941	Norte	Amazonas	Escola de Serviço Social de Manaus

Fonte: Esquematizado com base em Sá (1995), Iamamoto e Carvalho (2007), Setubal (2013) e Montenegro (1986).

Os estudos de Sá (1995) e Yamamoto e Carvalho (2007) destacam que, entre os anos de 1936 e 1941, foram fundadas legalmente as primeiras escolas de Serviço Social em solo brasileiro. Apesar da ausência de informações sobre o Amazonas nas produções clássicas, uma parte deste tecido foi construída na cidade de Manaus por iniciativa de André Vidal de Araújo. O resgate de uma parte dessa preciosa memória é historiografado por Montenegro (1986), a qual destaca que, em 16 de novembro de 1940, a escola começou a funcionar no Círculo Operário. No entanto, a fundação oficial só aconteceu em 15 de janeiro de 1941, sendo em ordem cronológica a 6ª criada no Brasil.

A análise da história do Serviço Social por meio da memória de profissionais, de documentos históricos e outros elementos é de relevante importância para a interpretação do processo de constituição do ofício. Segundo Andrade e Vallina (2020), no Amazonas, ainda são escassas as produções teóricas sobre a historiografia do Serviço Social. É um desafio reconstruir e costurar as cissuras que, fazendo parte do tecido social do Amazonas, remetem à inserção e legitimação da profissão de Serviço Social na região. De acordo com Vale (2021), a historiografia do Serviço Social compreende a apreensão da totalidade da reprodução social, perspectiva fundamental e importante para a consolidação do amadurecimento profissional e a vigente direção social da profissão.

Este capítulo objetiva destacar como foram os primeiros anos de funcionamento da Escola de Serviço Social de Manaus e apresentar como aconteceu o processo de vinculação à Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Traz a história enquanto construção humana e o registro dessa história, por meio da historiografia. É resultado de pesquisa bibliográfica, documental e de campo desenvolvida pelo grupo de Estudos de Serviço Social, Trabalho e Direitos na Amazônia (Estradas) da UFAM. Tem como eixo norteador o Materialismo Histórico-Dialético, na medida em que trabalha com a perspectiva de totalidade e não vê a história como mera cronologia, mas como construção humana, entrecortada por contradições. A partir desta lógica, passado, presente e futuro estão em íntima inter-relação. É uma pesquisa vinculada ao projeto em andamento “Serviço Social no Amazonas entre sombras e luzes: historiografia, formação e trabalho profissional”, desenvolvido pelos pesquisadores com recursos próprios.

2. SERVIÇO SOCIAL E HISTORIOGRAFIA

Sob a história, a memória e o esquecimento.
Sob a memória e o esquecimento, a vida.
Mas escrever a vida é outra história.
Inacabamento.
(Paul Ricoeur)

Com os versos do pensador francês Paul Ricoeur¹, podemos compreender que a história é essencial para interpretação da existência humana. Segundo o autor, a história é uma ferramenta utilizada para compreender as complexidades da humanidade e para nos ajudar a entender como as narrativas e mitos moldam nossa compreensão da realidade (RICOEUR, 2007).

Nesse sentido, a historiografia se apresenta como um conhecimento crítico do processo social e análise crítica do conhecimento histórico, bem como de seu processo de produção. Na discussão sobre a historicidade das relações sociais, Barros (2022) enfatiza que a história pode se apresentar como um esforço no intuito de qualificar seus fundamentos teóricos a partir da negação do conhecimento acrítico e interpretações que possibilitem alcançar outros patamares.

De acordo com Ford (2019), a historiografia consiste em um poderoso instrumento de estímulo da conscientização social em relação ao contexto social, tendo em vista que o Serviço Social tem buscado se apropriar da noção de memória no que diz respeito à discussão da profissão, na tentativa de reconstrução de sua trajetória histórica no sentido de reafirmar os compromissos políticos do presente e seu alinhamento com o trabalho profissional.

Sob a ótica de Vale (2021), é de extrema importância que a história seja relacionada com o Serviço Social para que se entenda a realidade na sua complexidade, uma vez que se faz necessário ir além da aparência dos fenômenos e sua percepção na essência, para que se formem e desenvolvam profissionais críticos e questionadores.

Por que registrar histórias? Porque faz parte da construção da identidade de uma sociedade. Sendo assim, a importância do registro da

¹ É importante ressaltar que o filósofo francês Paul Ricoeur pertence a outra vertente teórica. Foi utilizada uma pequena parte da introdução do seu livro “A memória, a história, o esquecimento, (2007)” para ressaltar a importância de continuidade de pesquisas e o registro da historiografia do Serviço Social no Amazonas. Portanto, sua obra não foi adotada como referência teórica neste texto. A citação de um trecho de sua obra foi feita em função de o autor ser um expoente nos estudos sobre memória e pela pertinência com o debate que buscamos trazer.

historiografia do Serviço Social está relacionada à dinâmica societária, considerando processos significativos a partir do resgate do movimento histórico da sociedade, com base nas relações entre Estado, sociedade e classes sociais (VALE, 2021).

Na visão de Ford (2019), a profissão enquanto produto social e histórico vai adquirindo sentido na dinâmica societária, buscando um saber mais específico no estudo da própria história para sua representação. O Serviço Social ao longo de seu desenvolvimento enquanto profissão estabeleceu-se a partir das influências sócio-históricas em um terreno contraditório de um conjunto de amplos processos políticos, sociais e principalmente econômicos, que caracterizaram as relações entre as classes sociais na consolidação do sistema capitalista monopolista.

Desse modo, o movimento histórico da sociedade tem fomentado o desenvolvimento da formação profissional do(a) assistente social no contexto da sociedade capitalista. Pesquisar sobre sua história é necessário para compreendermos a complexidade da formação profissional. Para isso, é relevante lembrar que todo processo histórico ocorre a partir de uma sucessão de acontecimentos, e esses estão interligados pelas linhas do tempo que precisam ser desveladas.

Cabe destacar que 46 anos após a criação da primeira Escola de Serviço Social no Amazonas, no ano de 1986, a autora Rita de Cássia Montenegro elaborou uma pesquisa de dissertação de Mestrado, intitulada “A criação da Escola de Serviço Social de Manaus”. Posteriormente, no ano 1995 foi divulgada outra dissertação, dessa vez construída pela pesquisadora Márcia Perales Mendes Silva, que trouxe mais contribuições sobre o projeto de formação profissional no Amazonas.

A partir daí, outras pesquisas foram desenvolvidas acerca da formação profissional de assistentes sociais na região amazônica. Com base em Andrade *et al.* (2022), foram encontrados alguns estudos sobre a história do Serviço Social no Amazonas. Entre eles estão: “O resgate da memória: formação profissional e Serviço Social no Amazonas (1941-1953)”; o trabalho sobre as “Influências teórico-metodológicas na formação profissional dos assistentes sociais na primeira Escola de Serviço Social do Amazonas”; “A formação profissional dos assistentes sociais em Manaus no período de 1970 a 1985” e outros. Todavia, ainda existem diversas questões a serem desveladas na historiografia do Serviço Social no Amazonas. São proeminentes as lacunas no registro dessa história entre o período de 1940 e 2020. Portanto, analisar

a historiografia do Serviço Social no Estado é crucial para adensar a compreensão do Serviço Social da região.

3. OS PRIMEIROS ANOS DE FUNCIONAMENTO DA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL ANDRÉ VIDAL DE ARAÚJO NO AMAZONAS

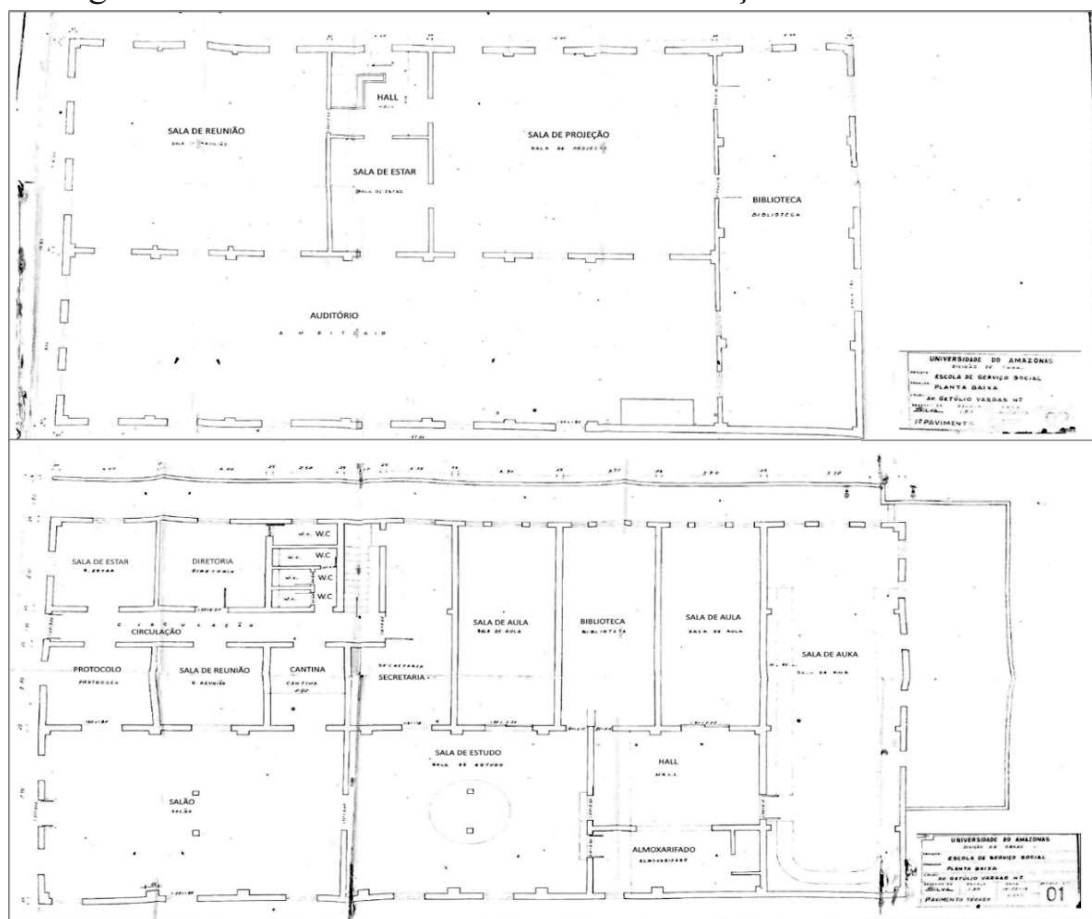
Retomando as palavras do poeta Thiago de Mello, entendemos que *“para quem não viveu, convém contar. A quem já se esqueceu, quero lembrar”* que uma parte da trajetória, memórias e protagonismos da historiografia sobre a criação da primeira escola de Serviço Social no Amazonas foi apresentada na dissertação escrita por Rita de Cássia Montenegro em 1986. Nesse sentido, não queremos recontar os elementos já destacados pela autora, mas complementar e apresentar novos delineamentos de um passado recente pouco conhecido. Passado que esconde relíquias, segredos e inúmeros questionamentos sobre como funcionou e era conduzida a Escola de Serviço Social André Vidal de Araújo.

Os estudos acerca da formação profissional no Amazonas destacam que a fundação oficial da escola aconteceu em 15 de janeiro de 1941. Nos seus primeiros anos de funcionamento, a escola funcionou em salas cedidas pelo Grupo Escolar Marechal Hermes. Depois foi transferida para o prédio da Justiça Tutelar de Menores. Em seguida, o Governo cedeu o antigo prédio da “Escola Premunitória Bom Pastor”. Anos depois, a Prefeitura de Manaus cedeu um terreno localizado na Avenida Getúlio Vargas (MONTENEGRO, 1986). Conforme publicação do “Jornal de Manaus” em edição especial, a Escola era uma instituição particular e foi reconhecida oficialmente pelo Governo do Estado através do Decreto n.º 1.412, de 1º de junho de 1945 (ANDRADE, 1947).

Posteriormente, foi reconhecida pelo Governo Federal, por meio do Decreto n.º 41.463, de 7 de maio de 1957 (UNIVERSIDADE DO AMAZONAS, 1968a). O edifício localizado na Avenida Getúlio Vargas foi construído entre os anos 1941-1945 e estava estruturado em dois pavimentos com grandes janelas, definido pelo jornalista Joaquim Antonio da Rocha Andrade como sóbrio, elegante e agradável. Além das salas de aula, o prédio comportava uma secretaria, uma diretoria, uma sala de estar, um laboratório, uma sala da congregação, um salão

de conferências, uma biblioteca, e dois museus. O primeiro intitulado “Museu de História Natural” e segundo nomeado como “Museu Aju-ricaba” (ANDRADE, 1947). O agrupamento de imagens apresenta o croqui² do prédio.

Figura 1 - Estrutura física da Escola de Serviço Social de Manaus.



Fonte: Banco de Dados da Pesquisa Documental realizada pelo grupo Estradas (2022).

Apesar do croqui não apresentar, o Museu de História Natural estava comportado por quadros explicativos do corpo humano, esqueletos, peças plásticas dos órgãos humanos. Contemplava um laboratório de análises com diversos aparelhos de química. Possuía uma sala de conferências, que contava com um aparelho de projeção cinematográfica que ilustrava filmes articulados aos temas de estudo na escola. Além desses, no pavimento térreo, à esquerda de quem entrava no edifício se encontrava o “Museu Aju-ricaba”, onde eram preservados artefatos,

2 O croqui foi produzido entre os anos 60 e 70. Nesse período, a Escola de Serviço Social André Vidal de Araújo (nome recebido em 1968) já estava vinculada à Universidade do Amazonas. O que revela que durante os anos de ativação perdeu alguns espaços, recursos e materiais desde sua fundação e primeiros anos de atuação na cidade de Manaus.

armas e utensílios de diversos povos de pessoas indígenas do Amazonas (ANDRADE, 1947). Dentre o material estavam:

Um pilão, da tribo dos índios “Tucanos” do Rio Tiquié, flexas, arcos, zarabatanas e tacapes dos índios do Médio e Alto Rio Negro, do Alto Solimões etc. Artigos de cerâmica indígena, utensílios de pedra, como machados, facas etc. Diversas peças da indumentária de “pajés” [sic] e “tuxauas” [sic], além de uma infinidade de outros artigos de uso selvícolas. Um quadro a óleo, pintado por A. Rocha, representando o lendário “Ajuricaba”, o valente cacique dos “Manau” cujo nome passou à história, pela sua indômita bravura, ocupa lugar de honra nessa sala. (ANDRADE, 1947, p. 115).

É interessante destacar que, durante o processo de vinculação à Universidade do Amazonas (UA), o filho de André Vidal de Araújo, João Bosco Bezerra de Araújo, tentou doar o Museu Ajuricaba para a universidade. Entretanto, o Reitor da época disse que não podia agregá-lo porque oficialmente o museu era da família Araújo. Em razão disso, os portugueses responsáveis pelo Luso Sporting Club cederam a parte térrea do prédio ao Prof. João Bosco. Todavia, anos depois, os portugueses pediram a remoção, pois o prédio viraria o Consulado Honorário de Portugal (ENTREVISTA N.º 1, 2022).

Mais uma vez, o professor João Bosco buscou apoio da universidade, porém não houve interesse em receber o material. Também foi oferecido ao Professor Orígenes Martins, fundador do Centro Integrado de Educação Christus (CIEC). Por fim, o museu foi doado para John, um Padre da Igreja Católica do São Raimundo, que era holandês. Ele era um estudioso das culturas indígenas da Amazônia; o próprio transportou o museu para o São Raimundo. A pesquisa revela que, pouco a pouco, o material do museu foi encaminhado para a Holanda (ENTREVISTA N.º 1, 2022). A imagem a seguir apresenta a construção final da 1ª Escola de Serviço Social no Amazonas.

Figura 2 - Prédio da Escola de Serviço Social de Manaus.



Fonte: Foto digitalizada pelo Instituto Durango Duarte com base no acervo de fotos do Dr. João Bosco Araújo.

Observa-se na imagem que, além da escola, o prédio agrupava uma oficina de Serviço Social. O “Regulamento interno da oficina de assistência social”³ salienta que ela tinha como objetivo atender às solicitações do público por meio de atividades com finalidades pedagógicas, onde aos alunos era oportunizado colocar em prática as normas dos chamados Casos Individuais. Além de esclarecer aos interessados sobre a existência da oficina, objetivos desta e de outras instituições de assistência dentro e fora do Estado do Amazonas (ARAÚJO, 1947b). O Regulamento da Escola do ano de 1941 apresenta com amplitude os principais deveres do(a) Chefe da oficina:

- a) – Atender na medida do possível os serviços da escola com público em geral, dentro das finalidades pedagógicas da Escola de Serviço Social; b) – Manter o controle dos casos sociais que surgirem; c) – Organizar as pesquisas práticas, assinar os casos sociais com os alunos, guiando-os nos estudos e os fazendo aplicar no Serviço Social em Geral, inculcando-lhes a técnica do Caso Social Individual; d) – Apresentar à Diretoria os casos que tenham valor pedagógico especial e que possam ser utilizados como material nas classes; e) – Colaborar com a Diretoria no fomento e conhecimento mútuo entre as obras, tanto de assistência pública como privada, e estabelecer relação de cooperações entre elas; f) – Manter em dia o registro das Instituições de Assistência públicas e privadas; g) – Dar ao público e às instituições, as informações que solicitem; h) – Publicar anualmente um guia das instituições de Assistência, tanto públicas como

³ No regimento, ao invés de Oficina de Serviço Social, usava-se o nome Oficina de Assistência Social.

privadas; i) – Remeter anualmente um relatório sobre a marcha do Serviço Social. [...] Esta oficina cujo regulamento vai adiante terá todas as informações e orientações sobre estabelecimentos assistenciais. Será ela um laboratório de informações e pesquisas biológicas, psicológicas e sociológicas. (ARAÚJO, 1947a, p. 121).

A oficina, que funcionava todos os dias no horário das 9h às 11h e das 14h às 16h, contava com uma equipe de “Visitadoras Sociais”, tendo como Diretora uma assistente social. A diretora era responsável por orientar pessoalmente os(as) alunos(as) nas atividades práticas, corrigir os casos sociais dos alunos, auxiliar nos trabalhos que estivessem mais fragilizados, supervisionar e assistir a marcha geral, organizar em articulação com o Diretor Geral da Escola a permanência dos alunos nas instituições assistenciais. As visitadoras sociais auxiliavam a Diretoria em todas as atividades, além de realizar a seleção de casos que seriam atendidos na oficina, distribuição dos casos para os(as) alunos(as), orientação e controle diário do trabalho realizado pelos(as) alunos(as), manutenção dos dados estatísticos da oficina, atualização das obras sociais em um fichário e organização das visitas dos(as) alunos(as) (ARAÚJO, 1947b).

De modo geral, quando chegava um requerente, este era atendido pela visitadora social ou por alunos(as) que estavam estudando de forma prática. Elas tomavam notas do caso e organizavam as informações em formulário especial. A partir desse preenchimento seria decidido se o caso seria atendido na oficina ou em outra instituição de assistência social. Quando o requerente era enviado para outra instituição, o caso era arquivado. Quando estava vinculado à oficina, era classificado em “casos maiores” ou “casos menores”, que seriam divididos entre os(as) alunos(as) após decisão e divisão da Diretora ou Visitadora-Chefe (ARAÚJO, 1947b).

Os casos eram tratados de acordo com o método do Caso Individual⁴ e eram divididos entre os(as) alunos(as) do primeiro, segundo e terceiro ano. Os(as) alunos(as) do primeiro ano tratavam dos casos rela-

4 Os estudos de Sá (1995) destacam que, entre os anos de 1940 e 1950, com a influência do Serviço Social Norte-Americano, o Serviço Social de Casos, o Serviço Social de Grupo e a Organização de Comunidade passaram a integrar o currículo de todas as Escolas de Serviço Social no Brasil. Malvezzi (2014) detalha que o pensamento era orientado com base nas teorias de Mary Richmond, Porter Lee e Gordon Hamilton, segundo as quais o indivíduo era compreendido como um elemento que deveria ser ajustado ao meio social, de modo a fazê-lo cumprir seu papel no sistema. O papel do Serviço Social nesse momento era ajudar o “cliente” a solucionar seus problemas, sendo primordial conhecer o problema para que fosse aplicado o tratamento adequado. A autora destaca que o processo era definido em três fases: estudo, diagnóstico e tratamento.

cionados aos problemas familiares, problemas de infância e da velhice, problemas médicos e de ordem jurídica. Os(as) alunos(as) do segundo ano cuidavam dos casos de delinquência infantil, de criminalidade, de psicologia dos anormais, de medicina social, de conduta e problemas industriais. Para os(as) alunos(as) do terceiro ano, cabia a escolha de casos especiais, os casos mais interessantes que surgissem na oficina (ARAÚJO, 1947b).

Em relação ao funcionamento e direção, o primeiro regulamento da Escola de Serviço Social do ano de 1941 descreve que todas as atividades e serviços eram exercidos sob a supervisão do fundador e Diretor André Vidal de Araújo, o qual também era o responsável por nomear os(as) vice-diretores(as), professores(as), tesoueiros(as), secretários(as), bibliotecários(as), Diretor(a) da Revista de Serviço Social e o Chefe(a) da Oficina de Assistência Social e demais funcionários(as) (ARAÚJO, 1947a). Entre as décadas de 1940 e 1950, a primeira Escola de Serviço Social do Amazonas contou com o esforço e a dedicação de mais de 30 professores e outros profissionais (UNIVERSIDADE DO AMAZONAS, 1968d).

O regulamento de 1941 aponta que, para ingressar na escola, era necessário matricular-se entre a segunda quinzena de fevereiro até o dia 10 de março. Além do pagamento de mensalidade no valor de Cr\$ 20,00, previa uma taxa de matrícula⁵ e outra para inscrições das provas finais no valor de Cr\$ 10,00. Alguns dos critérios para aprovação da matrícula eram: ser maior de 18 anos e ter, no máximo, 45 anos de idade. Devendo o candidato ter atestado de boa saúde certificado por médico, apresentar diploma de curso secundário ou formação geral equivalente e ter idoneidade moral (ARAÚJO, 1947a). Os estudos de Montenegro (1986) destacam que, no regulamento do ano de 1948, já não havia limite de idade.

De acordo com os apontamentos do Professor João Bosco Araújo, para ingresso era necessário realizar um teste psicológico, uma espécie de exame vocacional para comprovar se o candidato tinha um nível mental compatível com estudos de nível superior. A direção entendia que, além do preparo intelectual e acadêmico, o assistente social precisava ter alguns traços de personalidade que seriam imprescindíveis ao exercício do assistente social como, por exemplo: capacidade de

⁵ Embora prevista no regimento de 1941, não encontramos até o momento no acervo documental e no diálogo com arquivos orais acessados a efetivação da cobrança de mensalidade. Em muitos documentos encontrados, afirma-se categoricamente que o curso era inteiramente gratuito.

empatia com o próximo, facilidade de expressão afetiva e emocional, não poderia ser uma pessoa fria ou indiferente. Era necessário ser uma pessoa que estivesse inquieta com uma realidade social injusta e segregadora (ENTREVISTA N.º 1, 2022).

O programa de ensino durante a década de 1940 estava estruturado em três anos intercalando estudos teóricos e práticos. O período letivo iniciava em 15 de março e encerrava em 30 de setembro (ARAÚJO, 1947a). O Quadro 2 apresenta como era pensado e estruturado o processo formativo do Assistente Social na década de 1940.

Quadro 2 - Regulamento da “Escola de Serviço Social de Manaus”.

Formação	1º ano	2º ano	3º ano
Matérias Teóricas	Moral, psicologia, pedologia, estatística, antropologia, sociologia, família e filiação, higiene, puericultura, alimentação, biologia, Serviço Social.	Psicologia Social, Noções de psiquiatria forense, economia política, estatística, direito penal, alimentação, pedagogia, higiene social, pesquisas sociais, serviço social, direito social trabalhista.	Mantém vínculo com Escola por meio de cursos complementares.
Estágios e trabalhos práticos	Estágio de ambulatórios, hospitais e creches, estágio de biblioteca e documentação, exercício de fichas e relatórios.	Jardim de infância, restaurantes populares, Serviço Social do Lar proletário, Serviço Social de diversos ambulatórios, Juízo Tutelar de Menores e outros Serviços públicos.	Como assistente social estagiária, a aluna ou aluno poderá fazer um trabalho (que pode ser remunerado), num serviço particular ou público.
Visitas	Obras sociais e de famílias operárias.	Obras sociais e de famílias operárias.	O regulamento aprovado em 30 de junho de 1941 não indica nada sobre visitas no 3º ano.

Trabalhos escritos	Exercícios, provas e relatórios.	Práticas Sociais, estudos de biblioteca, prática de ambulatório, economia social, medicina social, desenho estatístico, economia política, práticas administrativas, provas, relatórios e monografia.	Envio de relatórios sobre seu trabalho e preparação da Tese, com a qual poderá obter título de assistente social.
--------------------	----------------------------------	---	---

Fonte: Esquematizado pelas autoras com base no 1º Regulamento da Escola de Serviço Social André Vidal de Araújo.

Essa foi a primeira organização estrutural da formação profissional em Serviço Social no Amazonas. De acordo com a matéria do Jornal de Manaus, após a defesa da tese social, o(a) aluno(a) estaria habilitado para o exercício de Assistente Social, onde poderia se vincular no âmbito da área trabalhista, previdência social, tribunais, escolas, creches, hospitais, asilos, maternidade, consulados, comunidades agrícolas, serviços de saúde, estabelecimento correlacional ou penal, imprensa, empresa, indústria, comércio e muitas outras organizações, pois os conhecimentos técnicos e sociais eram abrangentes (ANDRADE, 1947).

É importante lembrar que, entre as décadas de 1940 e 1960, a Escola passou por mudanças estruturais no regimento, processo de formação e ingresso. Andrade (1947) destaca diversas mudanças e acréscimos desde a publicação do primeiro regulamento. O trabalho de Montenegro também aponta mudanças relacionadas ao ensino, taxas e critérios de inserção na escola. Todavia, as mudanças não foram restritas ao processo formativo e estrutural da Escola. Para garantir a continuidade e expansão do legado da formação em Serviço Social no Amazonas, o Diretor André Vidal de Araújo e família começaram o processo de negociação para vinculação na Universidade do Amazonas (UA), atualmente, nomeada como Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

4. DESEMBARAÇANDO OS FIOS HISTÓRICOS QUE TECEM A INCORPARAÇÃO DA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL À UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

A história do processo de vinculação da Escola de Serviço Social de Manaus à Universidade do Amazonas se encontra em um emara-

nhado de fios e linhas que precisam ser desenrolados e identificados. Essa aproximação à incorporação é revelada através de alguns fios que encontramos nos documentos trocados entre a Escola de Serviço Social de Manaus e a Universidade do Amazonas. Com base na pesquisa documental, reunimos informações que buscam elucidar as linhas que conectam a escola à Universidade do Amazonas.

Apesar de não ser possível precisar a data, os documentos encontrados apontam que a negociação para a agregação da escola à universidade se iniciou na década de 1960. Ao longo dos 27 anos de funcionamento da escola, contando até 1968, funcionou por meio da iniciativa privada. André Vidal de Araújo, fundador e diretor da instituição, recebia recursos para o funcionamento da escola por meio de doações e parcerias externas, tanto no cenário brasileiro, como advindas do exterior.

Algumas das linhas que encontramos demarcam que o processo de agregação foi desencadeado a partir do ano de 1966, o qual, em tese, “[resultaria na] agregação da escola aprovada pela Resolução n.º 6, de 21 de fevereiro de 1967” (UNIVERSIDADE DO AMAZONAS, 1968a). Antes do acordo final de agregação, houve diversas reuniões na construção de uma proposta que atendesse aos critérios da Escola e Universidade do Amazonas (UA).

Por meio do Processo n.º 271/1967, celebrando um convênio de agregação da escola à UA, foram apresentados dois pareceres positivos, do Conselheiro Guilherme Pinto Nery correspondendo à Resolução n.º 06/1967, aprovada em 21 de fevereiro de 1967, e o parecer favorável do relator do processo Dr. José Augusto Telles de Borborema, também aprovado por unanimidade pelo Conselho Diretor em 30 de março (UNIVERSIDADE DO AMAZONAS, 1967a).

Verifica-se posteriormente o Processo n.º 735/67 – Resolução n.º 418/67, relatado por Oyama Cezar Iatussu da Silva em 22 de julho de daquele ano, sendo aprovada a agregação em 28 de julho de 1967 (UNIVERSIDADE DO AMAZONAS, 1967a). Nos termos do parecer do relator, houve a aprovação com algumas sugestões de ajustes no termo de agregação da escola à universidade. Dentre as requisições da Escola estavam:

[...] a) Remuneração dos professores e servidores da Secretaria; b) dotação para os serviços de expediente; c) livre escolha para a contratação de professores, depois da aprovação pelo Conselho Departamental; d) respeito integral ao tempo de serviço dos professores e

servidores atuais; e) retroatividade financeira a partir do 1º de abril do ano em curso. (UNIVERSIDADE DO AMAZONAS, 1967b).

Ainda conforme o parecer, tais solicitações não eram possíveis, pois à universidade era vedado assumir encargos financeiros para a manutenção do estabelecimento agregado. Solicitando que o termo de convênio fosse reformulado pela Escola de Serviço Social de Manaus para dar continuidade à agregação (UNIVERSIDADE DO AMAZONAS, 1967b).

Conforme Ata do Conselho Departamental da Escola de Serviço Social, do dia 15 de setembro de 1967, em assembleia presidida pela diretora da escola, Regina Coeli Araújo de Carvalho, reunida com André Vidal de Araújo, Aristócles Platão Bezerra de Araújo, Maria Eulália Martins da Silva, Marly Carvalho da Silva Novas e Milburges Bezerra de Araújo (lavrou a ata), ficou decidido que:

[...] Quanto ao convênio de Agregação, o Conselho Departamental, de acordo com a congregação, determinou que, se a Fundação Universidade do Amazonas, não aceitar os termos, em que a congregação criteriosamente redigiu o convênio da agregação da Escola de Serviço Social de Manaus à Universidade do Amazonas, não deve aceitar a referida agregação de nossa escola e nem deve assinar o convênio. (ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DE MANAUS, 1967).

Como evidenciado na ata, havia um conflito entre as exigências da escola e as leis que regiam a Universidade do Amazonas (UA). Embora o interesse de ambas fosse pela agregação, ela não ocorreu no ano de 1967. Em novo processo, que passou a ser tecido para a agregação da Escola de Serviço Social de Manaus, o reitor da UA, Dr. Jauary Guimarães de Souza Marinho, enviou um Ofício GR 656/68 à escola, com uma nova proposta para agregação, considerando as exigências da Diretoria da escola (UNIVERSIDADE DO AMAZONAS, 1968a).

Desta forma, em 13 de fevereiro de 1968, como retorno, André Vidal de Araújo, presidente da “Sociedade Escola de Serviço Social” e a diretora da escola, Regina Coeli de Araújo de Carvalho, responderam positivamente à incorporação e, junto ao Reitor da Universidade, Dr. Jauary Guimarães de Souza Marinho, assinaram o “Termo de Convênio entre a Escola de Serviço Social de Manaus e a Fundação Universidade do Amazonas” (UNIVERSIDADE DO AMAZONAS, 1968a). Tal do-

cumento acordado entre as partes continha as seguintes cláusulas:

Quadro 3 - Termo de agregação da Escola de Serviço Social de Manaus à UA.

CLÁUSULA PRIMEIRA	A Escola de Serviço Social de Manaus fundada, criada pelo Desembargador André Vidal de Araújo em 15 de janeiro de 1941, nesta cidade de Manaus, para formar assistentes sociais e preparar <i>ad futurum</i> , a Escola “ <u>Sociedade e Política André Vidal de Araújo</u> ”, compromete-se a transferir, presentemente, todo seu patrimônio imobiliário com o prédio, em dois andares, à Avenida Presidente Getúlio Vargas, s/n, quase esquina com a Ramos Ferreira, contínuo edifício em construção com a Cruz Vermelha Brasileira (filial de Manaus), com todo o seu material, constante de carteiras, estantes, biblioteca, mesas, arquivos e quadros, e todos os materiais e o que existir internamente no prédio da mesma Escola;
CLÁUSULA SEGUNDA	A Universidade do Amazonas se compromete: a) a manter todos os professores, atualmente existentes e ocupantes das cadeiras do currículo, os mesmos empregados pela Secretaria, tais como datilógrafos, bibliotecário, zeladora, amanuense encarregado de registro de notas e vida dos alunos; b) manter na direção da Escola sempre um elemento da extinta “Sociedade Escola de Serviço Social”, indicado pela referida Congregação; c) melhorar as condições do ambiente físico escolar, mobiliário, material de expediente, objetos indispensáveis como geladeiras, ventiladores, máquinas de escrever e outros materiais indispensáveis ao ensino, um veículo para transporte nas pesquisas e trabalho de campo, bem como a manutenção indispensável para tudo bem funcionar como instalação de luz, aumento da biblioteca, reparos totais dos telhados e calhas, paredes, pinturas etc.; d) manter a Escola em alto padrão educacional, seguindo as deliberações dos Congressos, encontros, simpósios, reuniões sobre Serviço Social, nacional e internacional, especialmente da “ <u>Associação Internacional Católica do Serviço Social</u> ”; e) remunerar os professores e pessoal administrativo na base das outras unidades pertencentes à Universidade do Amazonas; f) manter o espírito que sempre teve a Escola, dentro dos princípios da Igreja Católica;
CLÁUSULA TERCEIRA	Ambas as partes contratantes estabelecem que, se algum dia, a Universidade do Amazonas se extinguir ou mudar de orientação, ou passe para outra organização ou instituição, seja qual for [sic], a Escola de Serviço Social de Manaus voltará à antiga posse da “Sociedade Serviço Social de Manaus”, com todo o seu material: máquinas, objetos, móveis etc.;

CLÁUSULA QUARTA	As partes contratantes ficarão com o direito de denunciar, em qualquer tempo, o presente convênio, dando o aviso escrito à parte a quem será denunciado o convênio, para o prazo de 30 (trinta) dias para responder todas as obrigações até o fim do prazo;
CLÁUSULA QUINTA	Ficará facultado às partes o direito de denunciar o presente compromisso, em qualquer tempo, caso seja a isso obrigada a parte denunciante, por motivos relevantes, de interesse próprio, dando aviso escrito à outra parte;
CLÁUSULA SEXTA	A Universidade do Amazonas assumirá a responsabilidade pelo funcionamento da Escola de Serviço Social de Manaus. Os casos omissos serão resolvidos por acordos escritos, suplementares entre as partes contratantes. E que por estarem assim ajustadas, as partes do convênio assinam este ato, com a presença das testemunhas [...].

Fonte: Esquematizado pelas autoras com base em (UNIVERSIDADE DO AMAZONAS, 1968a).

Tal termo foi apresentado no dia 19 de fevereiro de 1968, na sala de sessões do Conselho Universitário da Universidade do Amazonas, onde estavam presentes em assembleia composta pelo:

Presidente: Jauary Guimarães de Sousa Marinho e os conselheiros: Oyama Cesar Ituassu da Silva (Diretor da Faculdade de Direito); José Augusto Telles de Borborema (Representante da Faculdade de Direito); João Chrysotomo de Oliveira (Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras); Pe. Luiz de Limas Ruas (Representante da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras); Antônio Ayrton (Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas), Francisco Ferreira Batista (Representante da Faculdade de Ciências Econômicas). (UNIVERSIDADE DO AMAZONAS, 1968b).

A partir dos históricos de pareceres e a concordância entre as partes, o Conselho aprovou a Resolução n.º 2/1968, atestando a incorporação da Escola de Serviço Social de Manaus à Universidade do Amazonas, sob nova denominação (UNIVERSIDADE DO AMAZONAS, 1968b). Conforme tal documento, a incorporação ocorreu nos seguintes termos:

Art. 1 – Aprovar a incorporação da Escola de Serviço Social de Manaus à Universidade do Amazonas. Art. 2 – A Universidade do Amazonas assume os encargos financeiros resultantes da mesma; Art. 3 – O patrimônio da escola incorporada passa a integrar o patrimônio da FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS, devendo ser lavrado em notas públicas o ato competente, para os

efeitos legais; Art. 4 – Ficam mantidos em suas funções atuais ocupantes dos cargos de magistério, técnico e administrativo da indicada ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL; Art. 5 – A escola incorporada passa a denominar-se ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL “ANDRÉ VIDAL” da UNIVERSIDADE DO AMAZONAS; Art. 6 – Fica a Reitoria autorizada a solicitar do Conselho Diretor o pagamento do pessoal docente, técnico e administrativo, da escola incorporada, seja feito por conta dos cofres da Fundação Universidade do Amazonas, a partir de janeiro do ano corrente ano, na base dos salários vigentes. Art. 7 – A presente regulação deverá ser submetida ao Egrégio Conselho Diretor para a sua competente homologação e providências que se façam necessárias quanto aos efeitos patrimoniais e financeiros; Art. 8 – Revogam-se as disposições em contrário (UNIVERSIDADE DO AMAZONAS, 1968b).

Foram cerca de três anos de negociação para a incorporação da escola, que provocou mudanças significativas no acesso e na condução do ensino de Serviço Social no Amazonas. Conforme a ata da Sessão Extraordinária, realizada no dia 5 de março de 1968 pelo Conselho Diretor da Fundação Universidade do Amazonas, o reitor da universidade comunicou que propôs a indenização à diretoria da escola, que recusou qualquer recebimento de pagamento (UNIVERSIDADE DO AMAZONAS, 1968c).

Ao analisarmos o conteúdo das cláusulas, é possível compreender que a UA não seguiu alguns itens das cláusulas segunda, terceira e quarta. Isso pode estar relacionado ao fato de que a formação profissional entre as décadas de 1960 e 1980 passou por mudanças em solo brasileiro, advindas do final da ditadura civil-militar, da realização de Seminários⁶ que marcaram o Movimento de Reconceituação da Profissão e da própria Reforma Universitária realizada em 1968.

Apesar da sua incorporação em 1968, a escola ainda permaneceu em seu prédio de origem por alguns anos. Contudo, devido aos problemas estruturais, esta unidade acadêmica passou a migrar para outros locais em meados da década de 1970. Dados os limites deste capítulo, o funcionamento da escola sob os auspícios da Universidade do Amazonas será objeto de futuras publicações.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao encaramos os pesquisadores como artesãos que trabalham para transformar fios, retalhos, que têm o poder de criar e de recuperar

⁶ Seminário de Araxá, Teresópolis, Sumaré e Alto da Boa Vista.

um tecido, queremos pontuar que este tem sido o caminho seguido por nosso grupo de pesquisa para a escrita da historiografia da Escola de Serviço Social de Manaus e as lacunas que se encontram desde o seu início até a década de 1990. Dito isto, as informações sistematizadas e expostas neste capítulo representam um começo e a busca constante de desvelar os fios que envolvem a Escola de Serviço Social de Manaus e a sua importância para a formação de profissionais para intervir nas múltiplas demandas da sociedade amazonense.

Com mais de 80 anos de história, trata-se de uma escola pioneira no cenário brasileiro, que precisa ganhar visibilidade e ampliar seus registros historiográficos. Neste capítulo, apresentamos alguns retalhos sobre os primeiros anos de funcionamento da escola e sua incorporação à Universidade do Amazonas (UA), com elementos oriundos de uma pesquisa densa do grupo Estradas. Sua escrita não responde a todas as dúvidas sobre esse processo, porque ainda estamos no processo de busca e porque toda investigação suscita novos questionamentos. Nós seguimos nesse caminho de busca por desvelar novos fios dessa história.

Certamente, o legado da Escola de Serviço Social de Manaus continua vivo e solidificado na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), que hoje conta com três cursos de graduação, sendo dois vinculados ao Departamento de Serviço Social (DSS) do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais (IFCHS) em Manaus e um no Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ) em Parintins, além de um curso de Mestrado por meio do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS). Foi desta incorporação que o curso se ampliou no estado do Amazonas e continua sendo ofertado de forma pública e gratuita.

Por fim, este é um retalho do imenso tecido histórico – dinâmico e contraditório – em que está situado o Serviço Social no Amazonas. Há ainda muitos retalhos (historicamente situados) que serão publicados posteriormente com a intenção de unir peças que permitirão resguardar a história da profissão, fazendo o movimento de ir e vir e reconhecendo os múltiplos fios e costuras que têm delineado a formação e o trabalho profissional no estado.

6. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Joaquim Antônio da R. **A Escola de Serviço Social de Manaus**. Revista de Cultura Superior, ano 1, n. 1, p. 108-117, jan./abr. 1947.

ANDRADE, Roberta F. C. de; VALLINA, Marcelo Mario. **Novos contornos do Serviço Social no Amazonas**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

ANDRADE, Roberta F. C. de; MENEZES, Shirley; SILVA, Escarlete Raíssa E. da; FREITAS, Adriana O.; VASCONCELOS, Silvana A. **Historiografia do Serviço Social no Amazonas: uma aventura de busca de suas raízes históricas**. XVII ENPESS - Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2022.

ARAÚJO, André Vidal de. **Regulamento da “Escola de Serviço Social de Manaus”**. Revista de Cultura Superior, ano 1, n.1, p. 118-126, jan./abr. 1947a.

ARAÚJO, André Vidal de. **Regulamento interno da oficina de assistência social anexa à Escola de Serviço Social**. Revista de Cultura Superior, ano 1, n. 1, p. 127-129, jan./abr. 1947b.

BARROS, José D’Assunção (Org.). **História e historiografia: todas as interações possíveis**. In: A Historiografia como fonte histórica. Petrópolis: Editora Vozes, 2022.

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DE MANAUS. **Ata do Conselho Departamental da Escola de Serviço Social**. Manaus, 15 set. 1967.

FORD, Juliana V. **O Serviço Social e o debate sobre tempo, história e memória**. Revista Serviço Social & Sociedade, n. 134, p. 52-69. São Paulo, jan./abr. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.165>>. Acesso em: 15 abr. 2023.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

MALVEZZI, Rosane Aparecida B. **Precursores e pioneiros do serviço social: teoria e metodologia**. In: Fundamentos do Serviço Social I. SANTINI, Maria Angela *et al.* (Orgs.). Londrina: Editora e Distribuidora Educacional, 2014.

MONTENEGRO, Rita de Cássia. **A criação da Escola de Serviço Social de Manaus**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Rio de Janeiro: 1986.

RICCOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

SÁ, Jeanete L. M. de. **Conhecimento e currículo em Serviço Social: análise das contradições (1936-1975)**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

SETUBAL, Aglair A. **Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade**. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

SILVA, Maria Liduína de O. e (Org.). **Serviço Social no Brasil: referência aos 80 anos**. In: Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

UNIVERSIDADE DO AMAZONAS. **Ata do Conselho Diretor da Fundação Universidade do Amazonas**. Manaus, 30 mar. 1967a.

UNIVERSIDADE DO AMAZONAS. **Parecer n.º 43/1967**. Manaus, 22 jul. 1967b.

UNIVERSIDADE DO AMAZONAS. **Ofício n.º GR/656**. Manaus: Universidade do Amazonas, 13 fev. 1968a.

UNIVERSIDADE DO AMAZONAS. **Resolução n.º 2/UA**. Manaus: Universidade do Amazonas, 19 fev. 1968b.

UNIVERSIDADE DO AMAZONAS. **Ata da sessão ordinária 5 de março de 1968**. Manaus, 5 mar. 1968c.

UNIVERSIDADE DO AMAZONAS. **Ofício n.º GR/1102**. Manaus: Universidade do Amazonas, 19 mar. 1968d.

VALE, Camile B. do. **Memorial de uma profissão: a historiografia do Serviço Social em Portugal**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2021.